Relatório publicado em cumprimento ao disposto na Resolução CNJ nº 215/2015, Art. 6º, inciso VII, alínea c, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 273/2018

DISCRIMINAÇÃO DAS RUBRICAS UTILIZADAS NA FOLHA DE PAGAMENTO

		AÇÃO DAS RUBRICAS UTILIZADAS NA FOLHA DE PAGAMENTO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
1598700	ABAS PARCELA VARIÁVEL	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598701	ABAS PARCELA VARIÁVEL AGREGADO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598702	ABAS XV	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598703	ABAS XV AGREGADO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0000110	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003	Art. 40, § 19 da CF de 1988 e EC nº 41, de 19.12.2003.
0000111	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003 - GN (13°)	Art. 40, § 19 da CF de 1988 e EC nº 41, de 19.12.2003.
0003110	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003 - MAGISTRADO	Art. 40, § 19 da CF de 1988 e EC nº 41, de 19.12.2003.
0003111	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003 - MAGISTRADO - GN (13°)	Art. 40, § 19 da CF de 1988 e EC nº 41, de 19.12.2003.
0000161	ADIANTAMENTO REMUNERAÇÃO - FÉRIAS	Resoluções CSJT nº 162/2016 e nº 253/2019.
0000290	ADIANTAMENTO REMUNERAÇÃO - FÉRIAS - DEVOLUÇÃO	Resoluções CSJT nº 162/2016 e nº 253/2019.
0000190	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	Lei nº 8.112/1990.
0000195	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	Lei nº 8.112/1990.
0000030	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	Lei nº 11.416/2006.
0005060	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - INATIVO	Lei nº 11.416/2006.
0005065	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006.
0000035	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREINAMENTO	Lei nº 11.416/2006.
0000181	ADICIONAL NOTURNO	Lei nº 8.112/1990.
0000020	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	Lei nº 8.112/1990.
0005050	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CARGO ISO. PROV	Lei nº 8.112/1990.
0006506	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - INATIVO	Lei nº 8.112/1990.
1546512	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD.	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0005040	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INATIVO	Lei nº 8.112/1990.
1505054	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INATIVO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR	Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103
1505055	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INATIVO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1	Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100
0003077	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO	Acórdão Processo nº CSJT-PP-6851-59.2022.5.90.0000
0007077	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - INATIVO	Acórdão Processo nº CSJT-PP-6851-59.2022.5.90.0000
0009677	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - PENSÃO CIVIL	Acórdão Processo nº CSJT-PP-6851-59.2022.5.90.0000
0007078	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - PROVISÓRIO	Acórdão Processo nº CSJT-PP-6851-59.2022.5.90.0000
0005045	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - PROVISÓRIO	Lei nº 8.112/1990.
0000146	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS	Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
0003146	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - MAGISTRADO	Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
1503148	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - MAGISTRADO - DEVOLUÇÃO	Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
0000147	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - RGPS	Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
0000148	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - SERVIDOR SEM VÍNCULO	Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
1598790	AGEPOLJUS - ASS. NAC. AG. SEG.	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598773	AJUCLA XV	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1503713	AJUDA DE CUSTO - MAGISTRADOS	Lei nº 8.112/1990; Lei Complementar nº 35/1979; Resolução CSJT nº 112/2012; Ato Regulamentar GP nº 01/2014.
1598775	AMATRA XV	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598777	AMATRA XV - MENS. PRETÉRITA	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598734	AMB ASSOCIAÇÃO MAGISTRADOS BRASILEIROS	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598778	ANAJUSTRA - MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598792	ANAMATRA - MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598706 0000740	APAE - CAMPINAS ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0000740	ASSISTÈNCIA PRÉ-ESCOLAR - MAGISTRADO	Decisão Judicial - Proc. nº 0603931-05.1993.4.03.6105. Ato Conjunto TST/CSJT nº 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 nº 13/2014.
0003740	ASSISTÈNCIA PRÉ-ESCOLAR - MAGISTRADO ASSISTÈNCIA PRÉ-ESCOLAR - RGPS	Ato Conjunto TST/CSJT nº 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 nº 13/2014. Ato Conjunto TST/CSJT nº 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 nº 13/2014.
0000741	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR ESPECIAL	Ato Conjunto TST/CSJT in 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT in 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 in 13/2014. Ato Conjunto TST/CSJT nº 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 nº 13/2014.
0000748	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR ESPECIAL - MAGISTRADO	Ato Conjunto TST/CSJT in 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT in 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 in 13/2014. Ato Conjunto TST/CSJT nº 03/2013. Portaria Conjunta CNJ/TSE/STJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 05/2011. Resolução Administrativa TRT 15 nº 13/2014.
1500716	ASSISTÊNCIA SAÚDE	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1506621	ASSISTÊNCIA SAÚDE - CLASSISTA	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1500021	ASSISTÊNCIA SAÚDE - CLASSISTA ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA	Ato Regulamentar TRT15/GP nº 14/2014.
1506623	ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA - CLASSISTA	Ato Regulamentar TRT15/GP nº 14/2014.
1505623	ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA - CLASSISTA ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA - INATIVO	Ato Regulamentar TRT15/GP nº 14/2014.
1505743	ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA - INATIVO ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA - MAGISTRADO - INATIVO	Ato Regulamentar TRT15/GP nº 14/2014.
1507322	ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACEUTICA - MAGISTRADO - INATIVO ASSISTÊNCIA SAÚDE - FARMACÊUTICA MAGISTRADOS	Ato Regulamentar TRT15/GP nº 14/2014.
1505732	ASSISTÊNCIA SAÚDE - PARMACEUTICA MAGISTRADOS ASSISTÊNCIA SAÚDE - INATIVO	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1503741	ASSISTÊNCIA SAÚDE - MAGISTRADO	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1507316	ASSISTÊNCIA SAÚDE - MAGISTRADO - INATIVO	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1507316	ASSISTÊNCIA SAÚDE - RIAGISTRADO - INATIVO	Resoluções Administrativas TRT 15 nº 04/2008 e nº 01/2013.
1598720	ASSOJAF - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0000730	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
0000130	NOVIEW PENNENTANO	1000/04/20 0001 100/2017 FOITalia Ottijulita Otti 1/2010.

0000771	ALIVÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO	Deceluação CC IT el 400/2047 o Declario Conjunto CNI el 4/2040
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - MAGISTRADO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
0000773	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - RGPS	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
0000774	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - RGPS - DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
0000775	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO DIFERENÇA - DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO DIFERENÇA - MAGISTRADO - DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 198/2017 e Portaria Conjunta CNJ nº 1/2018.
	AUXÍLIO NATALIDADE	Lei n° 8.112/1990.
	AUXÍLIO TRANSPORTE	
		Ato Regulamentar GP/TRT 15 nº 13/2010 e Portaria GP/TRT15 nº 10/2018.
	AUXÍLIO TRANSPORTE	Ato Regulamentar GP/TRT 15 nº 13/2010 e Portaria GP/TRT15 nº 10/2018.
	AUXILIO TRANSPORTE - COTA PARTE - SERVIDOR	Ato Regulamentar GP 13/2010 e Portaria GP n.º 10/2018
1500755	AUXILIO TRANSPORTE - SERVIDOR	Ato Regulamentar GP/TRT 15 nº 13/2010 e Portaria GP/TRT15 nº 10/2018.
1500757	AUXÍLIO-TRANSPORTE - RGPS	Ato Regulamentar GP/TRT 15 nº 13/2010 e Portaria GP/TRT15 nº 10/2018.
1598772	BANCO ALFA - CONSIGNAÇÕES	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	BANCO BRADESCO S.A.	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	BANCO DAYCOVAL - CARTÃO DE CRÉDITO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598766	BANCO DAYCOVAL S/A	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1396700	BANGO DAT GOVAL SIA	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVENIO ENTRE CONSIGNATARIO E TRATS CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVENIO ENTRE CONSIGNATARIO E TRATS
1500760	BANCO DE BRASÍLIA S/A	CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598754	BANCO OLÉ BONSUCESSO - CARTÃO DE CRÉDITO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
4505	DANIGO OLÉ DONGUESCO CONCIO DA	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR
1598753	BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIG. SA	CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	BANCO SANTANDER CONSIGNAÇÕES	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598709	BANCO SANTANDER RENEGOCIAÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	BB - FINANCEIRA S.A.	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0007020	BENEFÍCIO ESPECIAL - MAGISTRADO - PROVISÓRIO	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
	BENEFÍCIO ESPECIAL - PROVISÓRIO	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
1598781	CAPEMISA - SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO - CJ	Lei nº 11.416/2006.
		Art. 193 da Lei nº 8.112/90.
	CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO - INATIVO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR	
0005155	CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO - PROVISÓRIO	Art. 193 da Lei nº 8.112/90.
0000080	CARGO EM COMISSÃO CJ - SERVIDOR SEM VÍNCULO	Lei nº 11.416/2006.
1598769	CEF - CONSIGNAÇÕES	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	CEF - CRÉDITO IMOBILIÁRIO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	CENTRO INFANTIL BOLDRINI	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	CONTRIBUIÇÃO RGPS	Lei nº 8.213/1991 e EC nº 103/2019.
	CONTRIBUIÇÃO RPPS	Lei nº 10.887/2004, Lei nº 12.618/2012 e EC nº 103/2019.
0099506	CONTRIBUIÇÃO RPPS - GN (13°)	Lei nº 10.887/2004 e EC nº 103/2019.
0099514	CONTRIBUIÇÃO RPPS - INATIVO	Lei nº 10.887/2004 e EC nº 103/2019.
0099518	CONTRIBUIÇÃO RPPS - PENSÃO CIV.	Lei nº 10.887/2004 e EC nº 103/2019.
0099610	DEPÓSITO JUDICIAL	Resolução CSJT nº 199/2017
	DEPÓSITO POR ORDEM JUDICIAL	DEPÓSITO POR ORDEM JUDICIAL
	DEVOLUÇÃO OUTROS ORGÃOS	Lei 8112/1990 - Artigo 46.
0000780	DIÁRIAS MACIOTRADO	Lei nº 8.112/1990. Resolução Administrativa TRT 15 nº 21/2019.
0003780	DIÁRIAS - MAGISTRADO	Resolução CSJT nº 124/2013; Resolução Administrativa TRT 15 nº 021/2019
1500205	FALTAS INJUSTIFICADAS - EFETIVO - SEM PREVIDÊNCIA	Lei n.º 8.112/1990
		CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR
	FINANCEIRA BRB	CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC	Lei nº 11.416/2006.
0000062	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC - COM PREVIDENCIA	Lei nº 11.416/2006.
	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC - CONTRIBUIÇÃO RGPS	Lei nº 11.416/2006.
	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - INATIVO	Lei nº 11.416/2006.
	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - PROVISÓRIO	Art. 193 da Lei n° 8.112/90.
	FUNPRESP-JUD - CAR INVALIDEZ	Resolução CSJT nº 199/2017
		, and the second
	FUNDRESP-JUD - CAR MORTE	Resolução CSJT nº 199/2017
	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA - INAT	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO PATROCINADA	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
0099526	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO VINCULADA	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
1599527	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO VINCULADA - INAT	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
	GAE - INATIVO	Lei n° 11.416/2006.
		Lcri 11-4-102-000. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90 c/c Lei nº 11.416/2006.
	GAE - PROVISÓRIO	Lei n° 11.416/2006.
0000010		Lei nº 11.416/2006.
	GAJ - INATIVO	Lei nº 11.416/2006.
14505004	GAJ - INATIVO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR	Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103
	GAJ - INATIVO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1	Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100

		Table 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1
	GAJ - PENSÃO	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90 c/c Lei nº 11.416/2006.
0005035	GAJ - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006.
0003021	GECJ COM PREVIDÊNCIA	Lei nº 13.095/2015. Resolução CSJT nº 155/2015.
0003025	GECJ SEM PREVIDÊNCIA	Lei nº 13.095/2015. Resolução CSJT nº 155/2015.
0009020	GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - PENSÃO	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0000090	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA - GAS	Lei nº 11.416/2006.
0000040	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA - GAE	Lei n° 11.416/2006.
0000040	GRATIFICAÇÃO NATALINA GRATIFICAÇÃO NATALINA	
0000135	GRATIFICAÇÃO NATALINA	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000400	CDATIFICAÇÃO MATALINA ADIANTAMENTO, DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 102/2012. Resolução CSJT nº 153/2015. Decreto-Lei nº 2.310/1986.
0000126	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - DEVOLUÇÃO	
	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - DIFERENÇA - DEVOLUÇÃO	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000128	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - FC/CJ	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000129	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - FC/CJ - DEVOLUÇÃO	Resolução CSJT nº 102/2012. Resolução CSJT nº 153/2015. Decreto-Lei nº 2.310/1986.
1500356	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - FC/CJ - DIFERENÇA - DEVOLUÇÃO	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000307	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREINAMENTO	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000136	GRATIFICAÇÃO NATALINA - FC/CJ	Resolução CSJT nº 102/2012. Resolução CSJT nº 153/2015. Decreto-Lei nº 2.310/1986.
0003050	GRATIFICAÇÃO NATALINA - GECJ - SEM PREVIDÊNCIA	Lei nº 13.095/2015. Resolução CSJT nº 155/2015.
000000		Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990;
		Resoluções CSJT n°s 102/2012, 153/2015 e
0003045	GRATIFICAÇÃO NATALINA - MAGISTRADO	189/2017.
0000040	OTO THE TOTAL PROPERTY OF THE	Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990;
		Resoluções CSJT n°s 102/2012, 153/2015 e
0003055	GRATIFICAÇÃO NATALINA - SUBSTITUIÇÃO	Nesoliques (331 il 5 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
000000	OTATH TONGNO PATALITA - OODOTTTOIGAO	109/2017. Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990;
		Deceto-Len 7.2.510/1900, Len 11° 6.112/1990, Resoluções CSJT n°s 102/2012, 153/2015 e
0002044	GRATIFICAÇÃO NATALINA ADIANTAMENTO - MAGISTRADO - DEVOLUÇÃO	189/2017.
0003041	GRATIFICAÇÃO NATALINA ADIANTAMENTO - MAGISTRADO - DEVOLUÇÃO GRATIFICAÇÃO NATALINA ADIANTAMENTO - MAGISTRADO - DIFERENÇA - DEVOLUÇÃO	
1503059		Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017.
0000400	GRU	RESOLUÇÃO CSJT № 254, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019.
0099700	IMPOSTO DE RENDA	Decreto nº 9.580/2018.
0099702	IMPOSTO DE RENDA - ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS	Decreto nº 9.580/2018.
0099708	IMPOSTO DE RENDA - GN (13°)	Decreto nº 9.580/2018.
0099712	IMPOSTO DE RENDA - INATIVO	Decreto nº 9.580/2018.
1598918	IMPOSTO DE RENDA - INATIVO - DEC. JUD DEVOLUÇÃO	Decisão Judicial - Proc. Nº 1034481-54.2021.4.01.3400
1598919	IMPOSTO DE RENDA - INATIVO - DEC. JUD DEVOLUÇÃO 1	Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100
0099722	IMPOSTO DE RENDA - PENSÃO	Decreto nº 9.580/2018.
1509887	IMPOSTO DE RENDA - PENSIONISTA CLASSISTA - DEC. JUD EXIG.SUSP.	Decisão Judicial - Proc. Nº 5001754-29.2022.4.03.6327
1503708	INDENIZ. SERV. DE COMUN. MÓVEL - MAGISTRADOS - TRT15	Ato Regulamentar TRT15/GP no 008/2016.
	INDENIZAÇÃO - FÉRIAS - MAGISTRADO	Resolução CSJT n.º 253/2019.
0000150	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897
		Resolução CSJT n.º 253/2019.
0000150	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897
0000150 1507360	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014.
0000150 1507360 0000701	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH nº 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n.º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n.º 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n.º 039/2023 Instrução Normativa RFB N.º 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N.º 2055/2021.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n.º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n.º 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n.º 039/2023 Instrução Normativa RFB N.º 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N.º 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598786 1599407 1505157	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH nº 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROPORCIONAL	Resolução CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78. § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH nº 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	Resolução CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505141 1505146 0009100	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA	Resolução CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2º, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505147 1505141 1505144 1505144 1505146 0009100 0009810 1549812	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD.	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505141 1505146 0009100 0009810 1549812	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO	Resolução CSJT nº 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH nº 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505141 1505144 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549807	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FO - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD.	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549807 1509888	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP	Resolução CSJT n° 253/2019. Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.°, Resolução CSJT n.° 253/2019; Resolução CSJT n.° 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549807 1509888 1509889	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP	Resolução CSJT n° 253/2019. Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.°, Resolução CSJT n.° 253/2019; Resolução CSJT n.° 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n ° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505141 1505146 0009100 0009810 1549807 1509888 1509888	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Decisão Judicial - Proc. Nº 5001754-29.2022.4.03.6327
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549807 1509888 1509889	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP	Resolução CSJT n° 253/2019. Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.°, Resolução CSJT n.° 253/2019; Resolução CSJT n.° 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n ° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÉNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB N° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505141 1505146 0009100 0009810 1549807 1509888 1509888	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT nº 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT nº 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Decisão Judicial - Proc. Nº 5001754-29.2022.4.03.6327
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1598800 1598786 1599407 1505157 1505141 1505144 0009100 0009810 1549807 1509888 1509888 1509888 1509885	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO PÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n.º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n.º 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. Nº 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Decisão Judicial - Proc. Nº 5001754-29.2022.4.03.6327 Decisão Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505141 1505146 0009100 0009810 1549807 1509888 1509888 1509888 1509888	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Atr. 78, § 3.º Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n.º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n.º 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 nº 039/2023 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CNSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB Nº 2097/2022 e Instrução Normativa RFB Nº 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. № 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei nº 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. № 104785-95.2020.4.01.3400 Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Decisão Judicial - Proc. № 5001754-29.2022.4.03.6327 Decisão Judicial - Proc. № 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549889 1509888 1509888 1509886 1509886 1509886 1509886 1509886	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA AMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA AMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ	Resolução CSJT n.º 253/2019. Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, 3.º; Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n.º 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n.º 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n.º 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n.º 039/2023 Instrução Normativa RFB N.º 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N.º 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB N.º 2097/2022 e Instrução Normativa RFB N.º 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N.º 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n.º 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. N.º 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n.º 11.416/2006. Lei n.º 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n.º 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n.º 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N.º 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1598800 1598786 1599407 1505157 1505151 1505147 1505144 0009100 0009810 1549812 0009070 1549888 1509888 1509886 1509885 1509886 1509889 1509896	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ	Resolução CSJT n° 357/00-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 357/00-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9 421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1538201 1598800 1598786 1599407 1505157 1505141 1505144 1505144 0009100 0009810 1549807 1509888 1509889 1509885 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509888	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - DEC.JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ	Resolução CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 35700-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 37720-12.2003. Alto Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9.421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6307 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6307 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6103 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6103 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6103 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-09.2021.4.03.6103 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Emenda Constitucionalidade n° 5179/DF
0000150 1507360 0000701 1500703 0005285 0003170 1530210 1598800 1598786 1599407 1505157 1505141 1505146 0009100 0009810 1549807 1509888 1509888 1509888 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884 1509884	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TRT15 INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO JUROS SELIC PSSS JUSPREV/PLANJUS - PREV. PRIVADA 1 MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO MULTA PSSS OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - CJ - DEC. JUD PROVISÓRIO OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - INATIVO - PROPORCIONAL OPÇÃO - FC - PROVISÓRIO - PROPORCIONAL PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA PENSÃO - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD. PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR EXIG SUSP PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ PENSÃO - CLASSISTA - DEC. JUD EC 103/2019 - INVALIDEZ	Resolução CSJT n° 357/00-11.2009.5.15.0897 Lei 8.112/1990 - Art. 78, § 3.º, Resolução CSJT n.º 253/2019; Resolução CSJT n.º 137/2014. Portaria GP/DG/SADRH n° 23/2007. Art. 60 da Lei 8112/1990 Processo CSJT n° 357/00-11.2009.5.15.0897 Resolução CSJT n° 372/2023; Ato Regulamentar TRT 15 n° 039/2023 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 CONSIGNAÇÃO VOLUNTÂRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÂRIO E TRT15 Instrução Normativa RFB n° 2097/2022 e Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Art. 14, § 2°, Lei n° 9 421/96. Decisão Judicial - Proc. N° 104785-95.2020.4.01.3400 Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Lei n° 11.416/2006. Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Art. 40 da CF/88 c/c Lei n° 8.112/90. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Decisão Judicial - Proc. N° 5001754-29.2022.4.03.6327 Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF

AFFORME DENIGROUS OF ACCIONAL PROPERTY ENTER THE COLUMN	D : 7 1 1 1 D 10 F004407 00 0004 4 00 0400
1509895 PENSÃO - CLASSISTA - EC 103/2019 - INVALIDEZ - EXIG SUSP	Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103
0009822 PENSÃO - CLASSISTA - EC 41/2003	Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004.
1509117 PENSÃO - DEC. JUD.	Decisão Judicial - Proc. nº 0005580-33.2011.4.03.6102.
0009181 PENSÃO - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	Emenda Constitucional nº 103/2019.
0009180 PENSÃO - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	Emenda Constitucional nº 103/2019.
0009160 PENSÃO - EC 41/2003	Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004.
0009060 PENSÃO - FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
1509062 PENSÃO - OPÇÃO - FC	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0009801 PENSÃO - PROVENTO CLASSISTA	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0009001 PENSÃO - PROVENTOS VENCIMENTO	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.11290.
1509177 PENSÃO - SERVIDOR - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE INVALIDEZ	
	Emenda Constitucional nº 103/2019.
1509178 PENSÃO - SERVIDOR - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR INVALIDEZ	Emenda Constitucional nº 103/2019.
1509176 PENSÃO - SERVIDOR - EC 103/2019 - INVALIDEZ	Emenda Constitucional nº 103/2019.
0009601 PENSÃO - SUBSÍDIO	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
0009681 PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	Emenda Constitucional nº 103/2019.
0009680 PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	Emenda Constitucional nº 103/2019.
0009620 PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 41/2003	Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004.
1509611 PENSÃO - SUBSÍDIO - VANTAGEM - LEI 8.112/90, ART. 192, I	Art. 40 da CF/88 c/c Lei nº 8.112/90.
1509101 PENSÃO - TETO CONSTITUCIONAL	Constituição Federal, Art. 37, Inciso XI.
1509641 PENSÃO - TETO CONSTITUCIONAL - MAGISTRADO	Constituição Federal, Art. 37, Inciso XI.
0009820 PENSÃO - VANTAGEM - CLASSISTA, ART. 184 (20%)	Lei nº 1.711/52.
0049041 PENSÃO - VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - DEC. JUD. TRAN. JUL.	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
0099538 PENSÃO ALIMENTÍCIA	
	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
	Art. 48, Lei n° 8.112/1990.
0099541 PENSÃO ALIMENTÍCIA - DEVOLUÇÃO ADIANTAMENTO GN (13°)	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
0099544 PENSÃO ALIMENTÍCIA - FÉRIAS	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
0099556 PENSÃO ALIMENTÍCIA - INATIVO	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
0099552 PENSÃO ALIMENTÍCIA - S/ SALÁRIO MÍNIMO	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
0099554 PENSÃO ALIMENTÍCIA - VALOR FIXO	Art. 48, Lei nº 8.112/1990.
1599537 PENSÃO ALIMENTÍCIA - VOLUNTÁRIA	Resolução CSJT nº 199/2017
1549865 PENSÃO S/ CJ OPTANTE - DEC. JUD.	Decisão Judicial - Proc. nº 0016160-36.1999.4.03.6105/SP.
1549855 PENSÃO S/ GAJ CARGO - DEC. JUD.	Decisão Judicial - Proc. nº 0016160-36.1999.4.03.6105/SP.
1549860 PENSÃO S/ GATS - DEC. JUD,	Decisão Judicial - Proc. nº 0016160-36.1999.4.03.6105/SP.
1549850 PENSÃO S/ VENCIMENTO - DEC. JUDICIAL	Decisão Judicial - Proc. nº 0016160-36.1999.4.03.6105/SP.
1549870 PENSÃO S/ VPNI - DEC. JUD.	Decisão Judicial - Proc. nº 0016160-36.1999.4.03.6105/SP.
1506704 PESSOAL OPÇÃO - LEI 8911/94 - DEC. JUD INATIVO	Decisão Judicial - Proc. nº 0603931-05.1993-4.03.6105.
	1Decisao Judiciai - F100, 11 000393 1-03, 1993,4,03,0103.
0005001 PROVENTOS	Lei nº 11.416/2006.
0005001 PROVENTOS	
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1° da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016.
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD.	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1° da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1° da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016.
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD.	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1° da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004.
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006.
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005005 PROVENTOS - PROVISÓRIO 0006501 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004.
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005005 PROVENTOS - PROVISÓRIO 0006501 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO 1505910 PROVENTOS EC 103/2019 - ESPECIAL - ART. 22 - PROVISÓRIO	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 606 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005005 PROVENTOS - PROVISÓRIO 0006501 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO 1505910 PROVENTOS EC 103/2019 - ESPECIAL - ART. 22 - PROVISÓRIO 1509600 REDUTOR - PENSÃO - EC 103/2019	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 60 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019.
DOUSDOOL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004
0005001 PROVENTOS 1505002 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 1546580 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005005 PROVENTOS - PROVISÓRIO 0006501 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO 1505910 PROVENTOS EC 103/2019 - ESPECIAL - ART. 22 - PROVISÓRIO 1509660 REDUTOR - PENSÃO - EC 47/2005 1509650 REDUTOR - PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004
DOUSDOOL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 40 da Constituição Federal
DOUSDOOL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constitucional nº 103/2019
1505002 PROVENTOS EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucionali nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015
1505002 PROVENTOS EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1505003 PROVENTOS - EXIGIBILIDADE SUSPENSA LIMINAR 1 0005020 PROVENTOS - CARGO ISO. PROV 1546501 PROVENTOS - CLASSISTA - INATIVO - DEC. JUD. 0005013 PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO 0005010 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO 0005011 PROVENTOS - EC 41/2003 - DEC. JUD PROVISÓRIO 0005001 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO 0005005 PROVENTOS - PROVISÓRIO 0006501 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO 1505910 PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO 1505910 PROVENTOS EC 103/2019 - ESPECIAL - ART. 22 - PROVISÓRIO 1509660 REDUTOR - PENSÃO - EC 103/2019 1509661 REDUTOR - PENSÃO - EC 47/2005 1509650 REDUTOR - PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 1509615 REDUTOR - PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 41/2003 1500718 REEMBOLSO DE VACINA - INATIVO 1503718 1500718 1	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da COnstituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015.
DOUSSOUL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada Pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redação dada Pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 90 da CP/88 (redaç
DOUSDOOL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da COnstituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015 Resolução CNJ n.º 207/2015 Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
DOUSSOUL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015. Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada Pela EC 47/2005) c/c Lei nº10
DOUSSOUL	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015. Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da CF/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 40 da Cr/86 (redação dada Pela EC 47/2005) c/c Lei nº10
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. № 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. № 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 607574 oc / Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da COnstitução Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015 Resolução CNJ n.º 207/2015 Resolução CNJ n.º 207/2015 Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constitução Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 8.112/1990. Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017. Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CP/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº 10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constituição Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ nº 207/2015 Resolução CNJ nº 207/2015 Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 1.146/2006 e Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da Constitução Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ n.º 207/2015 Resolução CNJ n.º 207/2015 Resolução CNJ n.º 207/2015 Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 8.112/1990. Decreto-Lei nº 2.310/1986; Lei nº 8.112/1990; Resoluções CSJT nºs 102/2012, 153/2015 e 189/2017. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CG/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da Constitução Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ nº 207/2015. Resolução CNJ nº 207/2015. Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constitução Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.
1505002	Lei n° 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. N° 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. N° 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei n° 6075/74 c/c Lei n° 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 5179/DF Emenda Constitucional n° 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei n° 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei n° 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei n° 10.887/2004. Lei n° 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei n° 5.452 c/c Lei n° 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional n° 103/2019. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2005) c/c Lei n°10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional n° 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei n°10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional n° 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei n°10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional n° 103/2019 Art. 40 da Constituição Federal Comunicado da Presidência GP n° 06/2022 Resolução CNJ n° 207/2015 Resolução CNJ n° 207/2015 Resolução CNJ n° 207/2015 Decreto-Lei n° 1.445/1976, Decreto-Lei n° 1.660/1979 e Resolução CNJ n° 13/2006 Constituição Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei n° 8.112/1990. Ato Regulamentar TRT15/GP n.º 15/2011.
1505002	Lei nº 11.416/2006. Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103 Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100 Art. 6º, § 1º da Lei nº 6075/74 c/c Lei nº 13.317/2016. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucionalidade nº 5179/DF Emenda Constitucional nº 103/2019 Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004 em cumprimento a decisão judicial Art. 40 da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003) c/c Lei nº 10.887/2004. Lei nº 11.416/2006. Art. 666 do Decreto-Lei nº 5.452 c/c Lei nº 9.655/98. Art. 22 da EC n. 103/2019 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da CG/88 (redação dada pela EC 47/2005) c/c Lei nº10.887/2004 Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Art. 40 da Constitução Federal Comunicado da Presidência GP nº 06/2022 Resolução CNJ nº 207/2015. Resolução CNJ nº 207/2015. Decreto-Lei nº 1.445/1976, Decreto-Lei nº 1.660/1979 e Resolução CNJ nº 13/2006 Constitução Federal, Art. 7º, Inciso XVII. Lei nº 8.112/1990.

	RESTITUIÇÃO DE PEDÁGIO	Resolução CSJT nº 124, de 28 de fevereiro de 2013
0003703	RESTITUIÇÃO PEDÁGIO - MAGISTRADO	Ato Regulamentar TRT15/GP n.º 15/2011.
1530112	SELIC SOBRE ABONO DE PERMANÊNCIA	Art. 40, § 19 da CF de 1988 e EC nº 41, de 19.12.2003 e Resolução CSJT nº 137/2014.
	SELIC SOBRE AJUDA DE CUSTO - MAGISTRADOS	Lei nº 8.112/1990 - Art. 53 e Resolução CSJT nº 137/2014.
	SELIC SOBRE INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS - INATIVO	Lei n° 8.112/1990 - Art. 53 e Resolução CSJT n° 137/2014.
	SICOOB COOPARA - EMPRÉSTIMO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	SICOOB COOPARA - MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598750	SICOOB CREDIJUSTRA-EMPRÉSTIMO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	SICOOB CREDIJUSTRA-MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598719	SINDIQUINZE - MEDICAR	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	SINDIQUINZE - MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598723	SINDIQUINZE - PL. SAÚDE AGREGADO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
	SINDIQUINZE - PLANO DE SAÚDE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598725	SINDIQUINZE - UNIODONTO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1598740	SINTRAJUD - MENSALIDADE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO ENTRE CONSIGNATÁRIO E TRT15
1503005	SUBSÍDIO - MAGISTRADO - PROPORCIONAL	Lei nº 13.752/2018; Constituição Federal Arts. 39, § 4º e 93, V, c/c Lei nº 10.474/2002, art. 1º, § 2º.
	SUBSÍDIO - PROVENTOS	Lei nº 13.752/2018; Constituição Federal Arts. 39, § 4° e 93, V. c/c Lei n° 10.474/2002, art. 1°, § 2°.
	SUBSÍDIO - PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO	Emenda Constitucional nº 103/2019
0007017	SUBSÍDIO - PROVENTOS - EC 41/2003	Lei nº 13.752/2018; Constituição Federal Arts. 39, § 4º e 93, V, c/c Lei nº 10.474/2002, art. 1º, § 2º.
	SUBSÍDIO - PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO	Lein 13.7322016, Constituição Federal Arts. 39, § 4 ° 93, V, do Lein 1° 10.4742002, art. 1°, § 2°.
1507003	SUBSÍDIO - PROVENTOS - LEI 8.112/90, ART. 192, I	Len in 13.7322016, Constituição Federal Arts. 39, § 4° e 35, v, do Len in 10.4742002, art. 10, § 2°.
0007005	SUBSÍDIO - PROVENTOS - PROVISÓRIO	Lein 13.752/2016; Constituição Federal Arts. 39, § 4° e 93, V, c/c Lei n° 10.474/2002, art. 1°, § 2°.
	SUBSÍDIO - PROVENTOS - PROVISORIO SUBSÍDIO MAGISTRADO	Lein 13.752/2018; Constituição Federal Arts. 39, § 4º e 93, V, c/c Lei nº 10.474/2002, art. 1º, § 2º.
	SUBSTITUIÇÃO	Lei n' 11.416/2006.
	SUBSTITUIÇÃO - DESEMBARGADOR	Resolução CSJT nº 244/2019. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, Art. 656, § 3º (incluído pela Lei nº 8.432, de 11.06.1992).
	SUBSTITUIÇÃO - MAGISTRADO	Resolução CSJT nº 244/2019. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, Art. 656, § 3º (incluído pela Lei nº 8.432, de 11.06.1992).
	SUBSTITUIÇÃO - RIAGISTRADO	Lei nº 11.416/2006.
1505296	TETO CONSTITUCIONAL - INATIVO - PROVISÓRIO	Constituição Federal, Art. 37, Inciso XI.
0003748	TREINAMENTO MAGISTRADO - MAGISTRADO	Lei n.º 8.112/1990 - Art. 76-A; Ato Regulamentar TRT 15 GP-EJ n.º 001/2019.
0000746	TREINAMENTO SERVIDOR	Lei nº 8.112/1990 - Ait. 70-A, Aio Neguialinella INCL 13 GP-L311. 001/2019.
0000762	TREINAMENTO SERVIDOR - MAGISTRADO	Lei nº 8.112/1990. Ato Regulamentar TRT15 GP-EJ n.º 0001/2019.
1546532	VANT. ART. 184 LEI 1711/52 - CLASSISTA - INAT - ADI 5179 - STF	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5179/DF.
1506521	VANTAGEM - LEI 1711/52 - GLASSISTA - INAT - ADI 5179 - STP	Lei nº 1.711/52.
	VANTAGEM - LEI 17 11/32, ART. 164 (20%) VANTAGEM - LEI 1.711/52, ART. 184 (20%) - CARGO ISO. PROV	Lein 1.711/52.
0005210	VANTAGEM - LEI 1.711/32, ART. 184 (20%) - CARGO (30. FROV	Lein 1.711/52.
1505192	VANTAGEM - LEI 1.7 11/32, ART. 184 (20%) - INATIVO VANTAGEM - LEI 8.112/90, ART. 192, I - INATIVO	Lei nº 8.112/1990.
0005192	VANTAGEM - LEI 8.112/90, Art. 192, I - INATIVO VANTAGEM - LEI 8.112/90, Art. 192, I - LEI 8.112/90, Art. 192, II - INATIVO	Lei nº 8.112/1990.
000001	VENCIMENTO	Lei nº 8.112/1990.
1505123	VPNI - PROVISÓRIO - EC 41/2003 - SENTENCA JUDICIAL	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
1505125	VPNI - PROVISÓRIO - EC 41/2003 - SENTENÇA JODICIAL VPNI - PROVISÓRIO - PARCELA ABSORVÍVEL	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
0005116	VPNI - PROVISORIO - PARCELA ABSORVIVEL VPNI (QUINTOS/ DÉCIMOS) - PROVISÓRIO LEI 9.624/98	Lei nº 9.624/1998
0005110	VPNI (QUINTOS/ DÉCIMOS) - PROVISORIO LEI 9.624/98	Lei nº 9.624/1998
0040051	VPNI (QUINTOS/DECIMOS): INATIVO - LEI 9.624/96 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - DEC. JUD.	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
0040031	VE TAI (QUINTOO)DECINIOO) - DEC. JUD.	Decisão Judicial - Proc. Nº 5004127-60.2021.4.03.6103
1505112	V.P.N.I. (QUINTOS/DÉCIMOS) - INATIVO - LEI 9.624/98 - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR	Decision addition - 1 100. 14 3004127-00.2021.4.00.0100
1505113	V.P.N.I. (QUINTOS/DÉCIMOS) - INATIVO - LEI 9.624/98 - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - LIMINAR 1	Decisão Judicial - Proc. Nº 5003360-60.2023.4.03.6100
0045111	V.P.N.I. (QUINTOS/DÉCIMOS) - INATIVO - SENTENÇA JUDICIAL	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
0000051	VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - LEI 9.624/98	Lei nº 9.624/1998
0009041	VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - PENSÃO CIV - LEI 9.624/98	Lei nº 9.624/1998
0045116	V.P.N.I. (QUINTOS/DÉCIMOS) - PROVISÓRIO - SENTENÇA JUDICIAL	Decisão judicial no RE nº 638.115-STF.
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	